

**PROMETEU COMO DESTINO.
O HUMANISMO DEMOCRÁTICO
NO PENSAMENTO DE LUÍS MOITA**

Luísa Godinho

PROMETEU COMO DESTINO. O HUMANISMO DEMOCRÁTICO NO PENSAMENTO DE LUÍS MOITA

Luísa Godinho

Prometeu, esse descendente de Titãs alegoricamente evocado por Luís Moita na sua obra, ousou, com argila e água, a criação do Homem à imagem dos Deuses, para que ele reinasse na Terra, destronando-os. Mesmo terminando em pesado castigo, o mito permaneceria como símbolo de enaltecimento Humano mas também da coragem que significou escolher esse ser eternamente incompleto, imperfeito e contraditório para centro de significação.

A História parece ter seguido os Deuses clássicos: com a modernidade, o Homem tornar-se-ia na razão da sua própria existência, o seu próprio *húmus*, para seguirmos a raiz etimológica da palavra que remete para a massa húmida e orgânica, geradora de vida e de criação.

O humanismo nisso se centrou. Os renascentistas tentaram redefini-lo como reinterpretção de valores greco-romanos (mais gregos do que romanos, a seguirmos a convicção de Sophia de Mello Breyner), de espírito individualista e crítico, numa transição de fundamentações religiosas para seculares. Mas, depois deles, muitos ao assunto voltaram. Como bem sublinha Anthony B. Pin (2021: XVI), na sua introdução ao recente *Oxford Handbook of Humanism*, «os seus valores essenciais não são facilmente dissociáveis do *mood* cultural que os rodeia».

Não por acaso se enunciou Sophia. Foi-o, justamente, na esteira do Autor que aqui nos reúne e que nunca temeu convocar, nem mesmo para a escrita académica das Ciências Sociais – hoje dominada por positivismo e sua pretensão de objetivação da linguagem – outras escritas de outros domínios do pensamento, fazendo confluír poetas, cientistas e autores de múltiplos quadrantes na reflexão sobre o mundo como sistema humano.

«Neste livro», citando Boris Vian, «tudo é verdade porque tudo foi inventado» – lê-se na abertura da reflexão de Luís Moita sobre «Religião e mentira» (2008: 1), logo retomando, quatro páginas depois, o poeta Herberto Helder, para alegoricamente falar da inevitabilidade da mudança e da metamorfose na vida social:

«Era uma vez um pintor que tinha um aquário e, dentro do aquário, um peixe encarnado. Vivia o peixe tranquilamente acompanhado pela sua cor encarnada, quando a certa altura começou a tornar-se negro a partir – digamos – de dentro.

Era um nó negro por detrás da cor vermelha e que, insidioso, se desenvolvia para fora, alastrando-se e tomando conta de todo o peixe.» (2008: 5)

Por entre esta diversidade de estilos e de narrativas, o Autor como que corajosamente articula ciência e literatura e não teme mostrar-se, relatando experiências pessoais e assumindo dúvidas e desconhecimentos, para só depois partir em busca de saber, acabando por transformar em força aquilo que inicialmente poderia aos incautos parecer fragilidade.

Em «Breve nota sobre as identidades múltiplas» (Moita, 2007), reconhece que Michel Wierviorka lhe dera «uma verdadeira lição no domínio das Ciências Sociais» e, no mesmo texto, um pouco mais adiante, recorda uma primeira viagem a Barcelona, nos anos 80, em que se surpreendeu com «a quantidade de bandeiras (...) hasteadas (...) na generalidade dos edifícios públicos», utilizando essa memória para exemplificar a «multiplicação de identidades que se acumulam nas nossas experiências individuais e coletivas».

Este permanente exercício de partilha denota a necessidade de uma certa forma de transparência, acabando por tornar-se no grande fator de proximidade entre Moita e o leitor, como se quem escreve procurasse desde logo quem lê de modo a dar um sentido maior à busca do conhecimento ou, simplesmente, para estar acompanhado nesse atribulado caminho.

Só depois de conquistarem ambos, autor e leitor, um patamar comum, se propõe Luís Moita avançar, quase sempre partindo de uma pergunta e convidando-nos a com ele ir em busca de resposta, melhor dizendo em busca de uma possibilidade de resposta, já que, para o Autor, esta mais não é do que um ponto de novas dúvidas, simultaneamente lugar de desfecho e de recomeço.

A relação simbólica entre leitor e autor constitui afinal o grande (embora não declarado) motivo da obra de Moita, aquele a partir do qual ele se interroga sobre o mundo e suas façanhas, sejam estas o putativo declínio do Ocidente, o Tribunal Permanente dos Povos ou as identidades plurais. Trata-se de um método de pensar dialógico e relacional, conversacional, que procura progredir pela construção de uma certa forma de alteridade.

A relação possui, de resto, no seu pensamento, uma centralidade ostensiva, que extravasa o campo das Relações Internacionais (RI), tornando-se uma verdadeira estrutura de significação, uma dimensão constitutiva de todos os fenómenos humanos. Na última aula que ministrou na Universidade Autónoma de Lisboa, em Julho de 2019, confessou a este propósito:

«A minha convicção é sobretudo esta: que nós existimos uns por causa dos outros. É o tecido das nossas relações que nos constitui como pessoas», para logo extrapolar para o campo das RI, que considerava manifestar «tão grandes distorções, tantas descontinuidades na relação, que é difícil sermos conformistas em relação a ele», concretizando com as «dissociações entre o económico e o social, entre a justiça e a liberdade, entre a humanidade e a biosfera, aquela que de momento parece ser a mais dramática».

E continuou:

«O tratamento do processo de todas as relações internacionais não é pensável se não for um processo de humanização, onde nos construímos reciprocamente e tentamos não nos destruímos uns aos outros, agora em grande escala.»

Moita, 2019

Estudar, como Moita estudou, as designadas relações internacionais como interações entre seres e sistemas humanos, constitui uma opção senão de coragem pelo menos de ousadia. Num campo de estudo, como o das RI, nascido nas e dominado por abordagens Estadocêntricas, que consideram que a vida sócio-política mundial se compreende essencialmente a partir das interações entre Estados-nação, selecionar o Humano como objeto (e objetivo) de estudo significa inevitavelmente recusar a perspetiva dominante e todo o conforto intelectual que isso comporta.

Em RI, os fenómenos são maioritariamente, não raro simplisticamente, discutidos em termos da interação de Estados-Nação soberanos, ainda hoje uma atenção residual sendo dada à pessoa humana. A França, o Japão, o Brasil são mencionados como se de objetos se tratassem, debatidos como matéria *de facto* e não como *constructos* produzidos pela mente humana na sua busca de não apenas dar sentido ao real, mas sobretudo de o construir visando certos objetivos. Por outro lado, esse Estado tornado dogma é afinal consequência de práticas político-culturais historicamente constituídas, mas não raro feridas de legitimidade, obliterando-se amiúde a complexa e tantas vezes frágil conexão existente, mesmo nas democracias de tipo ocidental, entre os povos e as elites que os dizem representar.

DO ESTADO AO HUMANO: A VIRAGEM HUMANISTA NAS RI

Essas abordagens centradas no Estado, que Luís Moita preteriu no estudo das Relações Internacionais, possuem uma longa história no campo da reflexão politológica, dominando mesmo o pensamento académico desde o século XVIII, em particular no seio do Iluminismo francês.

Denis Diderot e Jean-Jacques Rousseau debateram a validade do Estado-Nação como organização humana primária, embora com não pouca divergência entre si. Enquanto o primeiro o assumiu como a unidade primordial da raça humana, plena de laços e obrigações universais traduzidos na lei e nas práticas, Rousseau introduziu maior complexidade analítica. Para este, a vida coletiva de toda a raça humana era uma autêntica quimera, conside-

rando que a raça *per se* não constituía uma sociedade, nem tampouco a mera semelhança de espécie ou de condições psicossociais criavam qualquer união real. Pelo contrário, o filósofo francês considerava que uma sociedade assentava numa linguagem partilhada e numa identidade de experiência, de interesse comum e de bem-estar e que estas faculdades eram unicamente proporcionadas pelo Estado-Nação. Na sua Carta a Mirabeau, de Julho de 1767 (1974: 167), lá vem o Rousseano conceito de «pôr a lei acima do homem», passível de simultaneamente estar na base da civilização e de todas perversões.

A perspetiva Estadocêntrica, que se tornou predominante desde a Segunda Guerra Mundial no estudo das Relações Internacionais, assenta, por outro lado, num etnocentrismo estrutural – traduzido numa propensão para considerar um grupo étnico como o centro da sua cultura, propensão que, não raro, tende a degenerar na incapacidade de olhar e acolher outras culturas desapaixonadamente.

O Estadocentrismo foi fazendo doutrina na academia e opinião nos *media mainstream*, enquanto, para Moita, o Humano e a sua dignidade constituem, pelo contrário, a causa e a consequência últimas (ou, se preferirmos, o destino, como arrisca o título do presente ensaio) das principais questões internacionais, como a guerra e a paz, a fome e a pobreza, a destruição ambiental, entre muitas outras.

É neste contexto crítico que deve ser entendido o apelo dos teóricos não-*mainstream*, entre os quais figura o Autor, que reclamam um lugar central para a pessoa humana no estudo das Relações Internacionais e a necessidade de descentralizar a perspetiva Estadocêntrica em prol da humanista. Neste sentido, Moita argumentou:

«(...) corremos o risco da generalidade, esquecendo que os grandes números se reportam a pessoas. Ora, os fenómenos globais (...) são plenamente humanos e o anonimato das multidões não conduz necessariamente a uma análise fria. O coletivo não é impessoal. A pobreza é uma abstração, mas os pobres são pessoas concretas.»

Moita, 2007: 1

Contudo, apesar de crucial, seria porventura redutor limitar o pensamento de Luís Moita sobre as Relações Internacionais a este Prometeico *Humanismo Relacional*. Teremos de acrescê-lo de outras dimensões que, articuladas com esse conceito, formam um verdadeiro *campo semântico*, rede de significação que possui o Humano no centro e estrutura o pensamento do Autor em torno de um tríptico conceptual: Democracia, Construtivismo, Estruturalismo.

A Democracia constitui um conceito crucial na sua obra, aquela entendida muito para lá da sua mera formulação de regime político, antes como processo horizontal e participativo de resolução das questões sociais.

É nesse sentido que deve ser entendida a sua preferência pelo multilateralismo ou mesmo, no que se refere à configuração do sistema internacional, pela necessidade de um reajustamento no sentido da multipolaridade. No plano global, o seu alinhamento democrático refletiu-se na defesa de uma *Democracia Cosmopolita* ou do que designou, em «Universalismo e globalismo» (Moita, 1999), por *Contrato Social Global*.

A primeira daria maiores garantias de participação e de inclusão humanas, ao nível micro, macro e global, tendo por projeto um Governo Global capaz de regular as dinâmicas desta última escala – uma hipótese a ponderar, de acordo com o Autor. O segundo conceito teria por traves mestras a «superação da violência, incluindo a abolição da guerra nas Relações Internacionais», «o respeito pela diversidade das culturas», «a subordinação do económico ao humano e ao social», «a igualdade complementar do masculino e do feminino», «os procedimentos democráticos da vida política», «a recuperação de uma correta relação com a natureza». (Moita, 1999: 9-10)

Por seu lado, o construtivismo, escola teórica que aportou a *significação* para o centro explicativo dos processos internacionais, na esteira de Wendt, Miliken, Katzenstein, Kratochwil e Onof, tornar-se-ia numa abordagem acarinhada por Luís Moita, para quem os fenómenos sociais surgem como sendo intrinsecamente incompatíveis com qualquer forma de objetivação ou naturalização, devendo ser antes perspectivados como construções humanas assentes nas ordens do simbólico e do cultural.

A edificação do Humano como objeto – e objetivo – de estudo colocou o autor perante a inevitabilidade de a *significação* humana se encontrar no centro dos processos sociais e de consequentemente estes últimos, entre os quais as relações internacionais, deverem afinal ser remetidos também para os campos da Semântica, da Semiótica e do Discurso.

Seria, assim, limitado analisar a reflexão de Luís Moita sobre as Relações Internacionais sem identificar a marca do Estruturalismo, que afirma a dependência dos sistemas sociais de dimensões externas e independentes, que sobre eles atuam determinando o seu comportamento. Importado da Linguística para as Ciências Sociais, o Estruturalismo conheceu uma fase de formulação e de disseminação durante a década de 1960, tendo permanecido como uma importante escola de pensamento e conhecido vários aprofundamentos, desde então.

No caso de Luís Moita, estaremos perante um Estruturalismo que poderemos designar por moderado, seguindo influências de Giddens e de Bourdieu,

segundo os quais a vida social resulta mais da relação dialética entre as estruturas sociais e as interações dos agentes – as primeiras surgindo como elemento de pressão sobre as segundas – do que propriamente da unívoca dinâmica das estruturas, que surgiriam como determinantes causais de toda a ação social, retirando ao Humano qualquer hipótese de livre-arbítrio.

A rede semântica Humanismo-Democracia-Construtivismo-Estruturalismo aqui identificada permite vislumbrar a perspectiva do Autor sobre o lugar e as possibilidades do Humano. A História, poder-se-á concluir, constituirá para ele o produto de um complexo conjunto de sistemas construídos, desconstruídos e reconstruídos pelo Homem, segundo as possibilidades abertas, a cada momento, entre o determinismo das configurações estruturais e a criatividade pulsional dos agentes. Esta História, por sua vez, crê o Autor, gerará tanto mais progresso e bem-estar, quanto mais participada e diversificada for a busca de soluções, devendo esta pautar-se por uma «ética cosmopolita», princípio segundo o qual as «solidariedades globais» e a «cooperação» se tornam imperiosas face à vocação destruidora da competição desregulada. (Moita, 2007: 4)

Estaremos, porventura, no pensamento de Luís Moita, perante aquilo a que Lévy-Strauss designou por *Humanismo Democrático*, assente na ideia Terênciana de que «nada do que é humano pode ser estranho ao homem» e opondo-se, tal como o Autor que aqui nos reúne, a todas as formas de ação que, ao longo da História – e invocando-se não raro a si próprias como *humanistas* –, foram afinal estrategicamente dirigidas a elites a partir de grupos e de condições, eles próprios também privilegiados (Lévy-Strauss, 1973).

Daí a necessidade imperiosa de – seguindo Moita em “Ética e política: uma relação problemática” (2009: 2-4) – visitar Prometeu e empoderar os humanos, tal como fez o gigante com fogo, linguagem, respeito e justiça.

Humanizar o Humano. Assim mesmo, pleonasticamente.

Referências

- LÉVI-STRAUSS, C. (1973). *Anthropologie Structurale Deux*. Paris: Pion.
- MOITA, L. (1999). “Universalismo e Globalismo”. Oração de sapiência, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 13 de Dezembro de 1999.
- MOITA, L. (2007a). “Breve nota sobre as identidades múltiplas”, *Trajetos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, nº11.
- MOITA, L. (2007b). “Uma ética cosmopolita para vencer a pobreza” in Eduarda Ribeiro, Isabel Roque Oliveira, Manuela Silva (org's), *Pobreza, Direitos Humanos e Cidadania*. Lisboa: CNJP.
- MOITA, L. (2008). “Religião e Mentira”, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 2008, vol. 28(1). 215-222.
- MOITA, L. (2009). Ética e política: uma relação problemática. Comunicação apresentada ao Colóquio Ética e Mundo Contemporâneo, Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa.
- MOITA, L. (2019). “Última lição sobre o conceito de relação”. Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, (11 de Julho de 2019). [<https://ualmedia.pt/podcast/luis-moita-a-ultima-licao/>].
- PIN, Anthony B. (ed) (2021). *Oxford Handbook of Humanism*. Oxford, Oxford University Press.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1974). *Lettres Philosophiques*, Paris, Vrin.

